

Para Bracher, existe um cartel de credores

A. M. PIMENTA NEVES
Nosso correspondente

WASHINGTON — O presidente do Banco Central do Brasil, Fernão Bracher, ainda pode mudar de opinião, mas o discurso que preparou para fazer em Londres, terça-feira que vem, afirma existir um cartel de credores e reclama da monotonia das reuniões com o comitê de bancos que assessora o Brasil nas negociações de sua dívida externa.

"Na realidade há um cartel de credores. Estes reúnem-se periodicamente entre si e depois, frequentemente, com os seus governos e formam uma posição comum. Nas reuniões dos advisory groups, onde (sic) comparecem vários bancos e um único devedor o que ocorre é uma monótona repetição de pontos de vista, todos adrede preparados", diz a versão inicial do discurso que disse pretender pronunciar numa conferência promovida pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento e pelo jornal Herald Tribune na capital britânica. Bill Rhodes, vice-presidente do Citibank e chefe do comitê assessor de bancos para o Brasil, falará na segunda-feira.

O texto de Bracher não explica se teria sido mais fácil ao Brasil negociar isoladamente com cada um dos 700 bancos credores do País em todo o mundo. Também não protesta contra a formação de "sindicatos" para coordenar os empréstimos-jumbos que o País tomou no passado. Não há ainda menção ao fato de que, até recentemente, o governo julgava o Brasil um caso particular e temia ser confundido com outros devedores.

"DESGOVERNO"

Bracher admite, no início do discurso, que, após a crise provocada pelo aumento do preço do petróleo, os bancos tiveram um papel muito positivo na reciclagem dos petrodólares. Mas "a situação evoluiu e depois de terem salvado o mundo, como no aprendiz de feiticeiro, perderam o controle da mágica e vieram os abusos".

Não havendo uma regulamentação do mercado, um órgão maior garantidor da liquidez final de cada papel, diz o presidente do Banco Central do Brasil, "surgiram empréstimos menos qualificados e, desencadeada uma situação de dificuldade econômica pelo desgoverno da moeda-chave, em 1980, instaurou-se logo depois, em 1982, pela insolvência mexicana, a crise que se caracterizou pela corrida generalizada contra os países latino-americanos em particular".

A partir daí, Bracher ataca de latim. Pacta sunt servanda, diz o presidente do BC, referindo-se à exigência dos credores de que se cumprissem os contratos, não importando "sequer considerar se

elas (as dívidas) foram constituídas na pressuposição da existência de um mercado que permitiria a sua rolagem". (Tal presunção, talvez, foi o que levou Bracher a dizer muitas vezes, juntamente com seu ex-chefe no Banco Central, Paulo Lira, que dívida não se paga. Esqueceram de avisar os banqueiros.)

Em seguida, Bracher faz um prognóstico mais ou menos seguro, porque nenhum dos ouvintes ou leitores de seu discurso provavelmente estará vivo para cobrar o resultado. Afirma ter "convicção plena de que dentro de 50 ou cem anos teremos um órgão supranacional que, a exemplo do que fazem os bancos centrais em cada país, cuidará dos casos limites de garantir liquidez ao sistema internacional". Se esse organismo existisse, não teria havido corrida contra todos os latino-americanos depois do que ocorreu com o México e não teria havido excesso de empréstimos pelos bancos.

Em outro ponto, contudo, Bracher afirma ser preciso "ter plena consciência de que há uma necessidade efetiva (as duas palavras vêm sublinhadas no texto) da transferência de recursos de países superavitários para os deficitários e que, se há essa necessidade de mercado, nos ensina a História, ela ocorrerá queiramos ou não".

O presidente do Banco Central do Brasil também reclama da falta de conceitos adequados que se ajustem à situação real dos países devedores. Bracher condena a norma legal americana, pela qual, com um atraso de mais de 90 dias, os juros devidos aos credores "deixam de ser contabilizados pelo sistema da competência, para sê-lo pelo sistema de caixa. Não se distingue se o não-pagamento é do devedor final ou se ele o fez e a dificuldade é com a transferência dos juros pagos".

Bracher acha que se deveria distinguir entre solvência e liquidez, que é um velho argumento do ex-ministro Ernane Galvão e de outras antigas autoridades financeiras. "O não-pagamento pelo devedor final normalmente configura situação de insolvência, enquanto o atraso na transferência é em geral produto de iliquidez", afirma Bracher. (O que ele quer dizer, provavelmente, é que uma empresa como, digamos, a Vale do Rio Amargo deposita os cruzeiros no Banco Central de seu País, à espera de que remeta os dólares para o credor. Se o Banco Central não tiver dólares para remeter, dirá simplesmente ao credor: "Não me leve a mal, não estou insolvente, estou apenas ilíquido". Diante disso, o credor enrugaria o suor da testa e, feito do susto, suspiraria: "Ainda bem, pensei apenas que não pudessem pagar-me".